



EDUCAÇÃO NÃO COMBINA COM VIOLÊNCIA:

Uma breve reflexão sobre violência lesbofóbica no contexto universitário

NUNES, Virgínia de S. Cordolino¹

Resumo

O presente artigo tece uma análise sobre situações de “violências” contras as lésbicas e mulheres bissexuais, caracterizadas aqui como “*lesbofobia*” e/ou “*violência lesbofóbica*”. A tessitura, de caráter não-conclusiva, será através de casos de violência acontecidos dentro do contexto universitário, usando como base levantamento na internet em jornais, redes sociais, redes pessoais e vivências, além das referências bibliográficas específicas, trazendo a experiência da inserção dos corpos lésbicos em espaços educacionais, quando estes são marcados por múltiplas formas de violência.

Palavras-chave: lésbicas; violência lesbofóbica; universidade; educação.

¹ Mestranda do primeiro semestre do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social na Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista CNPQ, pesquisadora do NIGS-UFSC (Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades), ativista da LBL - Liga Brasileira de Lésbicas. E-mail: virginianunes.nunes@gmail.com.



Introdução:

(...) lésbica se tornou um conceito que sugere poliglossia, cineticismo, que convidou múltiplas formas de investigação intelectual (...). (Harriet Malinowitz, 1996)

O meu interesse na construção do presente artigo parte de uma vivência na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), ao ser convidada pela professora da Instituição, Dra. Miriam Grossi, para ministrar uma parte da sua aula no curso por ela coordenado, denominado “Aspectos Inerentes à inclusão Social”, destinado a 40 (quarenta) servidores/as docentes e técnicos-administrativos que trabalhavam diretamente com atendimento ao público na universidade.

As aulas tinham temáticas variadas, tais como “Estigma, opressões e discriminações”, “Nome Social: regulamentação e aplicação na UFSC”, Acessibilidade e “capacitismo” na UFSC”, “Diversidade étnico-racial e cultural: interculturalismo”, e a para qual fui convidada: “Violência de gênero nas relações de trabalho”.

Com a temática de **Violência de gênero nas relações de trabalho**, centrei a minha fala nas particularidades das violências que as lésbicas sofrem no contexto familiar, como também nos espaços públicos, direcionando-a ao contexto universitário. Preciso salientar que o convite veio também pelo meu ativismo dentro da LBL (Liga Brasileira de Lésbicas), sublinhando assim a importância de uma fala a partir dos movimentos sociais².

A aula no curso deveria girar em torno das múltiplas formas de violência que o corpo lesbiano sofre cotidianamente, assim como visibilizar a importância que as redes de movimentos sociais de lesbianas têm no estabelecimento de estratégias para o enfrentamento dessas violências. Era preciso, portanto, *visibilizar as lésbicas e as violências a elas direcionadas*,

2 Iniciativa que já ocorrera em outras aulas do curso, com convites direcionados a outros/as integrantes dos movimentos sociais por temáticas específicas.



Visibilizar significa tornar algo ou alguém visível. Estar visível é ser percebido. Assim, o termo visibilidade é uma qualidade dos corpos que são percebidos pelo sentido da visão. Visível, o corpo político das lésbicas se constituiu, e desse modo, visibilizado no espaço público, local em que as coisas aparecem, tornou-se parte da cidade. (COSTA, 2012, p. 202)

Essa perspectiva da “visibilidade” é uma bandeira de luta dos diversos movimentos de lésbicas – institucionalizadas ou não – como o caso da LBL, a rede que eu representava naquele momento, uma rede nacional, não institucional, que parte do princípio de que “lésbica” é uma identidade política, sendo preciso que sejam visibilizadas, nos espaços privados e públicos.

Pero decir “soy gay” o “soy lesbiana” es declarar una pertenencia, y asumir una postura específica en relación a los códigos sexuales dominantes. Tales identidades son cultural e históricamente específicas, seleccionadas entre una multitud de posibles identidades sociales, no atribuibles a un impulso o deseo sexual; pero no son partes esenciales de nuestra personalidad. Cada vez somos más concientes de que la sexualidad es tanto un producto de la naturaleza, como de la lengua y la cultura(...) De ahí que para las activistas asumir la identidad lésbica es un acto político que atenta las estructuras de una sociedad heterossexista. (MOGROVEJO, 2006, p. 03)

A autonomia da sujeita lésbica está no cerne desses espaços de organização coletiva, os que articulam suas ações com as intersecções que o corpo lésbico está sujeito, sejam com questões raciais, de classe, etnia e gênero, com seus objetivos políticos voltados comumente a liberdade de poder transitar por qualquer espaço sem ser discriminada e sem sofrer nenhum tipo de violência, seja social ou física.

Violência contra lésbicas: um possível campo de estudo



Cabe, agora perguntar: por que se importar com tudo isso? Por que observar a construção das diferenças? A resposta reafirma uma das proposições fundamentais dos Estudos Feministas: porque esse é um campo *político*, ou seja, porque na instituição da diferença estão implicadas relações de poder. (LOURO, 2004, p.84)

Na preparação da breve aula que ministrei para os servidores técnico-administrativos da UFSC, partindo de uma antropologia feminista³, revisei algumas literaturas sobre a temática da “violência de gênero” que mais se aproximavam para um entendimento sobre o que seria a “violência lesbofobia” e/ou “lesbofobia” para descrever situações de violência que atingem especificamente as lésbicas e mulheres bissexuais, entendendo aqui a lesbofobia como uma “homofobia específica”, pois “as representações de cada um dos sexos, assim como as funções que os acompanham, merecem, de fato, uma terminologia própria específica” (BORRILO, 2001, p. 22).

Às mulheres lésbicas recai a diferença hierarquizada do feminino (sempre em relação ao masculino como padrão hegemônico) e, soma-se a isso, a desigualdade relativa à homossexualidade. Duplamente desviantes, porque não homem e não heterossexual, as mulheres lésbicas sofrem, na maior parte do tempo, dupla discriminação, específicas desigualdades e muita invisibilidade no que se refere aos aspectos que definem sua identidade sexual e de gênero. (AUDI e LAHNI, 2013, p. 157)

Nessa perspectiva, problematizações sobre “heterossexualidade compulsória” (RICH, 2010; WITTIG, 1992), “processos de diferenciação entre os sexos” (NAVARRO-SWAIN, 2010; FALQUET, 2009), “violência contra mulheres lésbicas” (AUADI e LAHNI, 2013; COSTA, 2010, 2011) “Homofobia” (JUNQUEIRA, 2007; BORRILO, 2001; LOURO 2004) e “Violência de Gênero” (GROSSI, 2006;

3 De acordo com Aline Bonetti (2009), a “antropologia feminista” seria uma perspectiva etnográfica voltada para “identificar as convenções de gênero particulares que dotam de sentido as práticas políticas em embate, bem como os diferentes repertórios simbólicos que compõem o contexto político [...] e que nele se antagonizam” (2009, p. 119).



MACHADO, 2010) se tornaram eixos estruturantes para uma reflexão⁴ sobre as múltiplas formas de violência contra as lésbicas, que incide em perspectivas metodológicas – é preciso desfamiliarizar, estranhar, desconstruir, desnaturalizar, se distanciar dessas categoriais para melhor analisá-las, imbricando-as ou não.

Importantes trabalhos foram realizados à luz de uma antropologia engajada para a análise de “violências de gênero”, como o de Miriam Grossi (2006), que junto com outras pesquisadoras, realizaram levantamento sobre 30 anos de pesquisa acadêmica sobre Violências contra as mulheres no Brasil usando como base dados comparativos do ano de 1975 a 2005, formando uma coletânea essencial para futuros estudos acadêmicos ou mesmo para o fomento de políticas específicas de gênero.

Lia Zanotta Machado (2010), utilizando a “antropologia feminista”, uma perspectiva teórica feminista de gênero, descreve como as mulheres, “em nome do seu gênero, são percebidas e se percebem colocadas em situação de inferior hierárquica de valor e submetidas ao poder e violência física e simbólica” (MACHADO, 2010, p. 88). Essa relação de poder, construída culturalmente de forma binária e hierárquica e constantemente “naturalizada”, é determinada pela diferenciação entre os sexos, fazendo parte da definição e da identidade masculina “qualquer crítica, recusa ou rebeldia das mulheres deve, de alguma forma, ser punida” (NAVARRO-SWAIN, 2010)

Na análise sobre a violência lesbofobia, é de extrema importância o olhar para as intersecções que cruzam o corpo lésbico. De acordo com Auad e Lahni (2013) é importante a consideração de “raça e gênero, classe e gênero, geração e gênero, orientação sexual e gênero para o reconhecimento de variadas formas de violência e para o seu enfrentamento.”

A aproximação, ou melhor, “mergulho”, com importantes contribuições teóricas e políticas constituídas por/a partir da lesbianidade enriquecem trabalhos como este. Nesse breve intercurso teórico-metodológico percebe-se a necessidade de

4 O presente artigo é caracterizado como um estudo explanatório, que não se esgota por ele mesmo, e que incidirá em futuras reflexões sobre a temática.



problematizar, de uma forma mais profunda, sobre “violência lesbofóbica” como objeto de análise mais significativa. Para estudo como esses, que versem sobre a “lesbianidade”, Jules Falquet (2012) sugere um encontro, ou reencontro com pistas de análise e de lutas para fazer face aos desafios analíticos e políticos que a mundialização nos coloca.

As múltiplas formas de violência contra as lésbicas – situações concretas

Quantos episódios de homofobia ainda afastam mulheres lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais de um final feliz e igual ao dos heterossexuais em dignidade e direitos? (AUAD e LAHNI, 2013, p. 164)

Durante a aula ministrada no Curso “Aspectos Inerentes à inclusão Social”, apresentei aos/as participantes casos concretos de violência lesbofóbica no contexto universitário, extraídos de um levantamento realizado na internet, além de narrativas de vítimas por lesbofobia, e através da minha lesbianidade, isto é, da minha vivência lésbica no mundo. Assim, no dia 24 de novembro de 2013, localizei na internet diversas notícias que estampavam casos de lesbofobia nos espaços universitários. Os títulos das matérias elencavam situações de agressões, estupros, assédio, linchamento, trotes, dentre outros aspectos desta violência, como esses:

MEL visita faculdade de João Pessoa (PB) para pedir averiguação de caso de lesbofobia [16/09/2013]

Aluna da Uerj denuncia estupro corretivo em estacionamento durante chopada [22/05/2013]

Mais um episódio de lesbofobia/homofobia na UNB. [24/02/2013]

Denúncia de Lesbofobia e Racismo na USP. [2013]

Manifesto contra o machismo e a lesbofobia: Pessoas e entidades começam a assinar manifesto coletivo cobrando apuração e punição dos culpados por estupro em festa e "brincadeiras" constrangedoras e preconceituosas nos espaços da UFJF [quarta-feira, 18 de abril de 2012].

Lesbofobia: mulheres agredidas em calourada. [23/02/2011]



Ato contra a homofobia e a lesbofobia na UFRN. [06/04/2011]

Além das noticiais, também tive acesso a outras narrativas, como a de uma ação lesbofóbica direcionada a uma professora de uma Universidade Estadual da Bahia, quando a mesma recebeu uma carta anônima, a qual tive acesso, e que era explicitado o ódio para com a orientação afetivo-sexual da referida professora. O/A autor/a escreveu dessa forma: *“você vai ser currada, esquartejada e jogada num mato, tem muita revolta aqui (nome da cidade) contra as lésbicas da universidade: Tu vai ser a primeira a ser morta”*. No texto de duas páginas, escritas com uma régua de letras para não ser identificado/a, ameaças de violência física e de morte para aquela que se atrevia a vivenciar a sua lesbianidade no contexto de uma universidade pública situada no interior da Bahia.

Assim como o caso da estudante da UNB - Universidade de Brasília -, encontrado na internet, que, após ser violentamente espancada com uma barra de ferro, ainda ouvia do seu agressor, durante o ato covarde: *“sua lésbica nojenta”*. O ataque aconteceu no estacionamento da UNB, em 2013, sendo o agressor não encontrado, mesmo com a divulgação do seu retrato falado. Debora Diniz (2013) ao escrever, sobre o caso, descreve o ataque como instrumento disciplinador, “encontrado para extravasar sua repugnância por quem desafia a norma heterossexual. Não bastava surrá-la, era preciso nomeá-la como um ser abjeto - "lésbica nojenta".

Outro caso noticiado nas redes, foi o do estupro corretivo ocorrido no estacionamento da Universidade do Estado do Rio (Uerj), em 2013, durante uma recepção aos calouros. No ato, uma estudante foi estuprada por outro aluno, que disse que ela *“ia aprender a gostar de homem”*. Uma violência heteroterrorista, como se a penetração com o pênis fosse “concertar” o desejo sexual da estudante agredida, o que caracteriza o estupro corretivo como uma ideologia violenta, movido com requintes de crueldade, motivados por ódio e preconceito contra as lésbicas.



Importante narrativa para a compreensão das formas de violência que atingem as lésbicas nas universidades é descrita no texto de Daniela Auad e Cláudia Lahni (2013), ao discorrer e problematizar sobre o caso de violência lesbofóbica direcionada a duas professoras universitárias por uma servidora da instituição que trabalhavam, quando o casal estava com sua filha de 04 anos, que bradou: *“Vocês, com esse amor de pica, ainda vão se ferrar! Um péssimo Natal para vocês!”*.(ibdem, p.148). De acordo com as autoras, “nesse contexto, “aceitar” casais homossexuais na vida institucional das Universidades, Escolas e Empresas jamais será suficiente para que se atinja o exercício pleno da Cidadania Democrática.” (ibdem., p.149).

O pacto social heteronormativo interpela todos e todas, a se conformarem aos modelos afetivos, culturais e sociais da heterossexualidade. Constrange todos os indivíduos cuja experiência não pode ser descrita nem explicada em conformidade aos comportamentos ditos “legítimos”, em termos de gênero e de sexualidade. Esse pacto expressa na homofobia seu sustentáculo. (CAVALEIRO, 2013, p.3)

Nesse sentido, as lésbicas são muitas vezes criminalizadas, alvo de atentados à vida, perseguidas, muitas morrem em atentados de grupos fascistas e neonazistas, realidade não muito diferente da que ocorre em espaços educacionais formais, como os citados nas Universidades brasileiras. A violência lesbofóbica, como toda forma de exclusão, “não se limita a constatar uma diferença: ela a interpreta e tira conclusões materiais (BORRILO, 2001, p. 18).

Conclusão...

Através de processos maciços de exclusão, a homofobia é alimentada no sistema educacional por e através da Heteronormatividade: “a escola nega e ignora a homossexualidade (...) e, desta forma, oferece muito poucas oportunidades para que adolescentes ou adultos assumam, sem culpa ou vergonha, seus desejos” (LOURO, 2000, p. 30).



O contexto universitário fomenta a hegemonia normativa, assim como reações conservadoras heterossexistas, que ocorrem quando as fronteiras do binarismo são ameaçadas, como a própria *existência lésbica* (RICH, 2010). Assim, a lesbofobia torna-se uma afirmação violenta dos marcos hegemônicos da sexualidade, e os espaços educacionais fornecem contrarreações a não-heterossexualidade, exercendo ação distintiva, muitas vezes excluindo quem não se enquadra nos padrões normativos de classe, raça, gênero e orientação sexual, demonstrado pela múltiplas violências aqui apresentadas.

O curso para servidores da UFSC, que deu início a tessitura do presente texto, pode ser caracterizado como uma ação pedagógica inclusiva, a medida que capacita esses/as funcionários/as para um atendimento mais humanizado no serviço público, sensibilizando esses servidores docentes e técnico-administrativos quanto à questão da exclusão social e da discriminação em termos de gênero, orientação sexual, deficiência e pertinência a grupos étnico-raciais e culturais, desenvolvendo formas mais responsáveis de acolhida, incrementando as ações de inclusão.

Mas é necessário que ações como essa se multipliquem, *é preciso radicalizar*, pluralizando o gênero e implodindo a lógica heteronormativa instituída. “É preciso, sobretudo, **lesbianizar** a ciência, isto é, trazer para o cerne do debate acadêmico/político a perspectiva lésbica sem perder de vista a (sua) pluralidade (SILVA; ARAÚJO, 2013, p.254). Sendo a universidade um locus privilegiado da produção e difusão de conhecimento e desenvolvimento de habilidades, com capacidade de refletir e interferir na realidade, deve buscar meios para promover a diminuição das disparidades sócio-econômicas e culturais que caracterizam a nossa sociedade, atuando de diferentes formas, fornecendo atenção à realidade das demandas sociais, num exercício da democracia para a construção da cidadania que preze por uma educação inclusiva, não-sexista, não-homofóbica e não-andocêntrica.



Referências bibliográficas

AUAD, DANIELA; LAHNI, Cláudia Regina. “Cidadania democrática e homossexualidade: Comunicação no combate à violência contra as mulheres lésbicas”. *Emblemas* - Revista do Departamento de História e Ciências Sociais – UFG/CAC, Goiânia, p 147-166, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/emblemas/article/viewFile/29240/16264>

BORRILLO, Daniel. *Homofobia*. Barcelona: Bellaterra, 2001.

CAVALEIRO, Maria Cristina. Garotas discretas: sexualidades menosprezadas. *Anais do VI Congresso Internacional de História*. Universidade Estadual do Norte do Paraná/UENP, 2013. Disponível em: http://www.cih.uem.br/anais/2013/trabalhos/447_trabalho.pdf. Acessado em 15 de abril de 2014.

COSTA, Patrícia Rosalba Salvador Moura. Crimes sexuais? abordagem de um processo criminal envolvendo mulheres lésbicas. IN: VIANA JÚNIOR, M. M; SILVEIRA, V. T.; NICHNIG, C.; COSTA, P. R. S. M. (Orgs.). *Por linhas tortas: gênero e interdisciplinaridade - II*. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar, 2011, p. 129-140.

COSTA, Zora Yonara Torres. “Resistência, identidade e visibilidade: o corpo político das lésbicas”. *Pólemos*, v. 1, n. 1, p. 201-214, 2012. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/polemos/article/view/5618/5544>. Acessado em 15 de abril de 2014.



FALQUET, Jules. “Rompre le tabou de l’hétérosexualité, en finir avec la différence des sexes : les apports du lesbianisme comme mouvement social et théorie politique”. *Genre, sexualité & société*, n. 1, juin 2009.

GROSSI, Miriam Pillar; MINELLA, Luzinete Simões; LOSSO, Juliana Cavilha Mendes. *Gênero e violência: pesquisas acadêmicas brasileiras (1975-2005)*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006.

JUNQUEIRA, Rogério D.; CHAMUSCA, Maria Adelaide; HENRIQUES, Ricardo. *Gênero e diversidade sexual na escola*. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. IN: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 7-34.

_____: *Gênero, Sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Editora Vozes, 7ª edição, 2004

MACHADO, Lia Zanotta. *Feminismo em movimento*. Editora Francis, 2010.

MALINOWITZ, Harriet. “Estudos lesbianos e teoria cuier pós-moderna”. *Revista do CEAM*, n. 2, p. 123-133, 2013. Disponível em: <http://periodicos.bce.unb.br/index.php/revistadoceam/article/view/9950/7284>. Acessado em 15 de abril de 2014.

MAGROVEJO, Norma: “¿Literatura lésbica o lesboerotismo?”, Entrevista por María Elena. Disponível em: <http://www.uacm.edu.mx/uacm/Portals/3/4%20Documentos/III>



[%20ENCUENTRO%20DE%20ESCRITOR@S%20SOBRE%20DISIDENCIA%20SEXUAL%20E%20IDENTIDADES%20SEXUALES%20Y%20GEN%C3%89RICAS/Identities%20sexuales%20y%20lesbianismo/norma-mogrovejo.pdf](#).
Acessado em 15 de abril de 2014.

RICH, Adrienne. “Heterossexualidade compulsória e existência lésbica”. *Bagoas*, n. 5, p. 17-44, 2010. Disponível em: http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v04n05art01_rich.pdf.
Acessado em 15 de abril de 2014.

SANTOS, Geisa Cristina. Rompendo o silêncio e a invisibilidade. *Anais do Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades*, Salvador, 2009. Disponível em: <http://www.ses.uneb.br/anais/ROMPENDO%20O%20SIL%C3%8ANCIO%20E%20A%20INVISIBILIDADE.pdf>. Acessado em 15 de abril de 2014.

SILVA, Zuleide Paiva da; ARAÚJO, Rosângela Costa. Lesbianizar é preciso, não somos todas mulheres: A teoria política de Monique Wittig revisitada in: GIVIGI, Ana Cristina Nascimento; DORNELLES, Priscila Gomes (Org.). *O Recôncavo Baiano sai do Armário – Universidade, gênero e sexualidade*. Cruz das Almas(BA): Editora UFRB, 2013. p.229-263

SWAIN, Tania Navarro. *O Grande Silêncio: a violência da diferença sexual*. Site pessoal de Tania Navarro Swain. 2010. Disponível em: <http://www.tanianavarroswain.com.br/brasil/grande%20silencio.htm>. Acessado em 15 de abril de 2014.

WITTIG, Monique. *The straight mind and other essays*. Boston: Beacon, 1992.